

L E I T U R A S

# António Vieira, nosso contemporâneo

## *Depoimento por ocasião do início da publicação da Obra Completa*

*É impossível não sentir  
uma forte emoção pelo  
contraste entre a grandeza  
ética e a tenacidade  
política de Vieira,  
e a mesquinhez moral e a  
miopia política do Estado  
Novo, que assistiu, com  
uma ignóbil indiferença,  
ao extermínio de 90%  
da comunidade sefardita  
portuguesa de  
Amsterdão, calculada  
em cerca de 4 000 almas,  
nos campos de extermínio  
nazis, entre 1943 e 1945.*

**Viriato Soromenho-  
-Marques**

*Professor Catedrático  
na Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa*

António Vieira (1608-1697) não poderia subscrever o lema autobiográfico de Oscar Wilde: «Eu investi todo o meu génio na minha vida, e apenas o meu talento nas minhas obras» (*I put all my genius into my life; I put only my talento into my works*). Em Vieira a vida e a obra confundem-se e intensificam-se. A edição da *Obra Completa*, numa ousada e ambiciosa iniciativa editorial do Círculo de Leitores coordenada por José Eduardo Franco e Pedro Calafate, vai permitir reconstituir a estatura deste homem que mais parece uma força da natureza. Mais do que um indivíduo, Vieira é uma multidão de heterónimos de carne e osso, tal a variedade dos seus talentos: missionário e diplomata; organizador e conselheiro de Estado; aventureiro e teólogo; réu da Inquisição e profeta. Este homem que habitou na terra e nas ondas do Atlântico, conviveu entre reis, soldados, papas e escravos.

Para os portugueses de 2013, Vieira é também o mais profundo conhecedor dos enigmas da nossa identidade colectiva. No momento de profunda angústia nacional que hoje vivemos, Vieira dá-nos um exemplo de coragem e resiliência, perante todas as agressões, sejam as motivadas pela inveja, como o foi o caso das perseguições da Inquisição, que culminaram na condenação de 1667, sejam as que nascem do excesso de estima e admiração, como a recusa, aquando da sua longa estada em Roma (1669 e 1775), do convite da rainha Cristina da Suécia (a mesma que, involuntariamente,

condenara à morte o grande filósofo Descartes, através do seu matutino regime de trabalho no duro enquadramento meteorológico de Estocolmo...). Renascendo sempre, com vigor, e renovado poder de atracção e influência, António Vieira ajudou a fundar três dos principais temas do léxico da modernidade, a saber: a condição humana; a relação entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens; a experiência da Nação.

**&1. A condição humana.** António Vieira faz parte da galeria das grandes figuras do universo católico, do pensamento e acção, que anteciparam a formulação das grandes cartas dos direitos do homem e do cidadão, entre a *Bill of Rights* da «Gloriosa Revolução» (*Glorious Revolution*) de 1688-9 e os primeiros dez aditamentos da Constituição dos EUA, em 15 de Dezembro de 1791. Na linha de Bartolomé de Las Casas e Francisco de Vitoria, Vieira defendeu sempre os povos ameríndios em nome de uma visão universalista da condição humana. A questão dos direitos dos povos indígenas, a recusa da utilização de argumentos teológicos para justificar a usurpação da propriedade e dos direitos políticos das comunidades subjugadas pela desmesura dos colonizadores, todos esses argumentos serão objecto da contestação de Vieira. O universalismo católico significava que o cuidado pela alma deveria passar também pela preservação da integridade do corpo. Os argumentos fortes contra os defensores contemporâneos dos interesses dos colonos, defendendo da promoção e expansão da escravatura, poderiam ser repetidos, com igual sucesso, contra os argumentos de tipo racista e biológico que no final do século XVIII e durante quase todo o século XIX seriam utilizados a favor da continuação da escravatura. Não creio que a acusação de alguma condescendência de Vieira perante o comércio de escravos africanos possa ser interpretada como algo de mais profundo do que uma constatação empírica, que em nada afecta a solidez dos princípios. De algum modo, a atitude de Vieira parece reflectir-se, pelo menos parcialmente, na posição, muito mais tardia de Thomas Jefferson, que, perante a questão da escravatura, reconhecia a inconciliável contradição entre a repugnância moral da desumanização de homens subjugados à condição de utensílios, e o interesse económico e político das elites da Virginia e dos outros Estados meridionais dos EUA.

Viera é também um bálsamo para Portugal na questão judaica. Importa não esquecer nunca que, embora os portugueses não tenham de carregar a cruz alemã de Wannsee, o anátema da «solução final da questão judaica» (*Endlösung der Judenfrage*), o extermínio industrial de um povo inteiro, decidida numa reunião de burocratas num sereno lago perto de Berlim, no dealbar de 1942, a verdade é que seria uma hipocrisia separar completamente os fios de complexa e oblíqua causalidade que podem ser encontrados entre a expulsão dos Judeus da Península Ibérica, a partir dos finais do século XV, e a torrente de eventos que conduziram ao apogeu dantesco e trágico do Holocausto. Vieira tratou a questão judaica, mais uma vez, a partir de uma perspectiva universalista da condição humana, e, como diplomata, procurando captar o apoio da comunidade sefardita dos Países Baixos em favor da causa da Restauração e do correspondente esforço de guerra. A vertente portuguesa da questão judaica sente-se, ainda hoje, quando se visita a sinagoga de Amesterdão, que os holandeses designam, simplesmente, como a «Sinagoga dos Portugueses», construída ainda em vida de Vieira (e de Espinosa). Nas suas paredes, onde sobressaem as ins-

crições em português do século XVII, deixadas pelos nossos compatriotas hebreus, é impossível não sentir uma forte emoção pelo contraste entre a grandeza ética e a tenacidade política de Vieira, e a mesquinhez moral e a miopia política do Estado Novo, que assistiu, com uma ignóbil indiferença, ao extermínio de 90% da comunidade sefardita portuguesa de Amesterdão, calculada em cerca de 4 000 almas, nos campos de extermínio nazis, entre 1943 e 1945.

**&2. Deus e a Cidade dos Homens.** Uma das facetas mais marcantes de Vieira é o seu vigor missionário. Como Pedro Calafate tem destacado frequentemente, o proselitismo de Vieira no Brasil é absolutamente esmagador. Ele convoca a força da sua fé, as capacidades de organizador de líder de homens, a sua enorme resistência aos imensos obstáculos de uma Natureza imensa, a um tempo abundante e acolhedora, mas também hostil e perigosa. Sem os portugueses e os espanhóis, o catolicismo jamais teria deixado de ser um tribalismo religioso desse pequeno apêndice da Ásia, a que chamamos Europa.

Talvez a mais impressionante defesa do catolicismo em que se filia Vieira, o catolicismo da Companhia de Jesus e da Contra-Reforma, pertença a Friedrich Nietzsche. O filósofo alemão considerou a Reforma de Lutero como um dos momentos mais trágicos da história europeia. Não apenas pela mesma razão de Erasmo, que viu na cisão protestante o desaparecimento de uma escala espiritual europeia para todos os voos do espírito (algo que, hoje, se confirma de novo), mas sobretudo porque Lutero representava, para Nietzsche, a destruição do Renascimento, o momento mais alto do segundo milénio. Um recuo cultural, um regresso às sombras mais obscuras da Idade Média, levavam Nietzsche, filho de um pastor luterano, a considerar a Contra-Reforma como «um Cristianismo de legítima defesa» (*Christenthum der Notwehr*)...

Curiosamente, no que às relações entre política e religião, entre Estado e sociedade, o luteranismo revelar-se-ia extraordinariamente anti-moderno. Carl Schmitt acusará Lutero de uma espécie de «Territorialismo», um apego à «terra», por oposição ao catolicismo e ao calvinismo, que se casaram com potências marítimas, expansivas e universalistas. Na verdade, a tomada de partido de Lutero pelos senhores feudais, nas famosas guerras germânicas dos camponeses, em 1525, projectou-se na teoria teológica dos «Dois Reinos» (*Zwei Reichen*), uma abrupta divisão entre a igreja e a comunidade política, ente a cidade de Deus e a Cidade dos Homens, que explica a incondicional obediência do luteranismo aos mais injustos regimes políticos. Nada poderia ser mais distante da posição de Vieira, para quem o Reino de Deus se projecta em todos os actos da vida do cristão. Com efeito, o Reino de Deus, para Vieira, não é *deste* mundo, mas pode (e deve) ser *neste* mundo.

**&3. A refundação de Portugal.** Se há um gesto singular que explica a persistência de Portugal como país independente, esse terá sido, sem dúvida, a decisão de Nuno Álvares Pereira de enfrentar as forças castelhanas em Aljubarrota. No conselho de guerra que precedeu a batalha, o próprio D. João I, sensível à desproporção de 1 para 5 a favor de Castela, aconselhou uma manobra indirecta: um ataque a Sevilha. Foi a determinação do jovem Condestável, que ameaçou enfrentar o inimigo apenas com os dois mil combatentes sob o seu comando directo, que conduziu à «decisão pelas armas». Sem Aljubarrota não teria sido possível a criação da dinâmica bi-

nária que explicou a existência de Portugal durante os seus três impérios (asiático, americano e africano) até 1974: um império para proteger o rincão europeu; uma política europeia para garantir a margem de manobra imperial. A actual crise existencial que ameaça Portugal, numa Europa contaminada pelos seus ressuscitados fantasmas hegemónicos, revela que a III República se esqueceu das lições estratégicas iniciadas pelo Condestável, mas aprofundadas e alargadas no pensamento e na acção de António Vieira.

Ao tomar o partido de D. João IV, passando num ápice de desconhecido a conselheiro e diplomata real para situações de urgência, Vieira foi um dos arquitectos da improvável Restauração de Portugal. Com escassos 1,5 milhões de habitantes, o país teve não só de enfrentar uma longa guerra com a maior potência da época, Espanha, mas também de travar uma guerra mundial com os rivais holandeses. Da derrota sofrida no Ceilão, às esforçadas vitórias em Goa, Angola e Brasil, Portugal viu as suas armas serem acrescentadas pelo talento estratégico de Vieira. Quis trazer os sefarditas portugueses (bem como os seus capitais) do coração dos Países Baixos para o apoio à pátria intolerante que os havia expulsado. Lutou com denodo pela integração dos índios como iguais num Brasil nascente, e administrativamente unificado. Percebeu, muito antes de Clausewitz, que também as armas fazem política, e que esta também desembainha a espada na boa diplomacia.

Mas o segredo de Vieira revela-se nestas imortais palavras, saudosamente escritas em Roma: «Para nascer, pouca terra. Para morrer, toda a terra. Para nascer, Portugal. Para morrer, o mundo.» A essência nacional reside nesta capacidade de sair de si próprio, de se transcender num império que, na visão de Vieira, deveria ser baseado num cristianismo universalista, casa de voluntária adesão para todos os povos. Para um país, hoje ajoelhado perante um novo impulso suicidário europeu, a lição de Vieira é a de que Portugal não sobreviverá se a sobrevivência constituir o seu novo e exclusivo desígnio. O novo império a que Portugal deve ambicionar deverá ser o de uma Europa de cidadãos, iguais nas leis, mas diversos na pluralidade cultural que constitui o tesouro do Velho Continente. O federalismo seria, provavelmente, o profetismo de Vieira para o século XXI. Se este falhar, não será a miséria que Merkel e Gaspar prometem para duas gerações a prevalecer, mas sim a legítima defesa: na arriscada aventura da jangada de pedra de José Saramago.

11 044c